

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

A teologia da enxada no sertão de Alagoas: camponeses, pastorais e comunidades de base no contexto de transição para Nova República, 1982 a 1990

The theology of the hoe in the hinterland of Alagoas: peasants, pastoralists and grassroots communities in the context of the transition to the New Republic, 1982 to 1990

Aline Oliveira da Silva¹

Universidade Federal de Alagoas

allinneholiveira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8016-7967>

RESUMO

O presente artigo analisa as experiências de formação crítica e reflexiva desenvolvidas pelas pastorais populares da Igreja Católica junto aos camponeses e movimentos sociais do campo no contexto de transição para a Nova República, entre 1982 e 1990. Atividades pedagógicas protagonizadas por trabalhadores/as rurais, missionários, freis e freiras, cujas trajetórias revelam um histórico de resistência religiosa, popular e política, balizadas em princípios constitucionais e humanísticos. Marco temporal iniciado em 1982 a partir da participação dos trabalhadores rurais sem terra da região no Seminário Rural da Paraíba, uma prática pedagógica, metodológica e de evangelização fomentada pela Teologia da Enxada que, por sua vez, estava associada aos fundamentos teológicos, políticos e sociais da Teologia da Libertação. Recorte estendido a 1990, quando representantes das comunidades rurais passaram a ocupar organizações sociais dos/as trabalhadores/as rurais, a exemplo, o Sindicato Rural de Inhapi, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil. A atuação das pastorais suscitou a formação de lideranças religiosas e leigas que passaram a questionar a realidade social e política, assim como arar organizações sociais e estratégias de acesso a direitos fundamentais ainda não alcançado na região, a exemplo, o acesso à terra.

Palavras-chave: Teologia da Enxada; Camponeses, Sertão de Alagoas.

ABSTRACT

This article analyzes the experiences of critical and reflective education developed by the Catholic Church's popular pastoral work with peasants and social movements in the countryside in the context of the transition to the New Republic, between 1982 and 1990. Pedagogical activities led by rural workers, missionaries, friars and nuns, whose trajectories reveal a history of religious, popular and political resistance, based on constitutional and

¹ Pesquisadora do Grupo de Estudos e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC/CNPq) e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL) e Licenciada em História pela mesma instituição (UFAL/Campus do Sertão). Atualmente, é professora da rede municipal de ensino nos municípios de São José da Tapera (AL) e Maravilha (AL).

humanistic principles. The time frame began in 1982 with the participation of landless rural workers from the region in the Rural Seminar of Paraíba, a pedagogical, methodological and evangelizing practice fostered by the Theology of the Hoe which, in turn, was associated with the theological, political and social foundations of Liberation Theology. This was extended to 1990, when representatives of rural communities began to occupy rural workers' social organizations, such as the Rural Union of Inhapi, in the hinterland of Alagoas, in northeastern Brazil. The pastoral work led to the formation of religious and lay leaders who began to question the social and political reality, as well as to create social organizations and strategies for access to fundamental rights that had not yet been achieved in the region, such as access to land.

Keywords: Theology of the Hoe; Peasants, Sertão de Alagoas.

1 IINTRODUÇÃO

O que vocês sabem sobre as organizações do povo trabalhador e dos pobres,
aqui na nossa região? No Brasil?
Já está acontecendo alguma libertação?
Para os trabalhadores da cidade?
Para os agricultores e suas famílias?
Para os desempregados?
Para as mulheres?
Para os índios?
Para os negros?
Qual é a libertação que está acontecendo?
Quem está fazendo acontecer essas libertações?
O que Deus tem a ver com a luta de libertação do povo trabalhador?
(Igreja Católica, 198[?]).

As indagações acima mencionadas, contida na apostila utilizada nos processos de formação da Escola Bíblica do Alto Sertão de Alagoas, descortina a partir de seu enunciado experiências de formação de lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) junto às paróquias de Delmiro Gouveia, Inhapi e Água Branca, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil. Processo formativo alicerçado nos pressupostos da Teologia da Libertação e da metodologia da Teologia da Enxada, o qual tinha como objetivo pedagógico o desenvolvimento de um olhar crítico e consciente sobre a realidade política e religiosa na década de 1980, contexto entre a abertura política iniciada um ano antes, e 1990, período marcado pela aprovação da atual Constituição e pelos passos dos desdobramentos da chamada Nova República.

O tema do referido texto corresponde ao quarto encontro denominado “lições do deserto”. Momento destacado com grifos na apostilha pela associação com o debate pró-constituente. Segundo Enoque Ferreira de Oliveira (2020) – participante das CEBs, camponês do Assentamento Lameirão no município de Delmiro Gouveia –, estes grifos indicam a direção dos debates políticos que antecederam a elaboração de uma nova constituição. Assim, as reflexões fomentadas ressaltaram a importância da participação dos movimentos populares do campo e da cidade nos debates acerca da futura constituição (Doimo, 1995; Wohnrath,

2017).

Enoque Ferreira de Oliveira (2020), mencionou em entrevista, o papel da freira Cecília Sodero Pousa e de uma outra missionária de origem estrangeira, conhecida popularmente por Gê, enquanto agentes de formação dos trabalhos da Escola Bíblica do Alto Sertão. Nestes encontros, no curso da mencionada década, o enfoque social de algumas passagens bíblicas foi utilizada também para pensar a realidade social do sertão e aguçar a necessidade de organização das comunidades de base.

Exemplos de profetas e de profetizas defendendo o povo e aconselhando a comunidade cristã eram evocados para estabelecer um paralelo com a trajetória de lideranças sociais do campo. Este foi o caso da trajetória de Margarida Alves, descrita como uma profetisa na luta sindical e da luta de mulheres negras escravizadas na defesa do Quilombo dos Palmares, dentre várias outras. Dentre estes estudos, interpretações e associações, o exemplo da Guerra de Canudos – ocorrida no Sertão da Bahia no final do século XIX – também figurava como exemplo de resistência sertaneja, camponesa e social de indivíduos excluídos, explorados e combatidos por buscarem liberdade, pão, terra e dignidade, frente à concentração fundiária (Igreja Católica, 198[?]).

Ao analisar estas experiências, observa-se a dimensão histórica, pedagógica, política e social que o trabalho destes religiosos e leigos católicos alcançou junto aos trabalhadores/as sem-terra e junto aos movimentos sociais do campo nas duas últimas décadas do século XX. O Sertão de Alagoas, por conta de sua história, localização e campo de relações sociais, está enlaçado com as tradições do catolicismo popular, Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada (Souza, 2012, p.6).

Neste horizonte, o trabalho de evangelização e formação política realizado pelos setores populares da Igreja Católica colaborou para o arcabouço teórico, metodológico e de atuação de missionários, padres, freiras, freis e leigos católicos comprometidos com a transformação da realidade social, em particular, dos/as trabalhadores/as sem-terra, no contexto da transição da ditadura civil-militar para a Nova República.

O recorte temporal tem como ponto de partida o ano de 1982 quando, segundo a narrativa de Manoel de Aguiar Correia (2020) – integrante das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi – dois trabalhadores do mencionado município, Genivaldo Vieira da Silva e José Cazuzza Ferreira de Oliveira, participaram do Seminário Rural da Paraíba e tiveram as primeiras experiências formativas junto às premissas da Teologia da Enxada. O referido Seminário, estruturado a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação e sob a influência do padre Joseph Comblin – religioso que constituiu experiências formativas para os/as camponeses/as na América Latina – foi importante para o processo de formação das comunidades, movimentos e experiências envolvidas com a reforma agrária.

Recorte estendido até os idos de 1990, quando após um conjunto de experiências os/as integrantes das comunidades de base passaram a compor a direção de sindicatos rurais, ocupações e assentamentos em vários municípios do sertão alagoano, a exemplo do Sindicato Rural de Inhapi. O referido contexto é marcado pelo retorno de alguns atores sociais à cena política, emergência de antigas e de novas demandas sociais tanto no campo quanto nas cidades, como: movimento negro, movimento indígenas, feministas, reforma urbana, meio ambiente, reforma agrária, dentre várias outras mobilizações sociais (Doimo, 1995).

Em termos historiográficos, existem poucos estudos acerca da atuação pedagógica dos setores populares da Igreja Católica e de seus desdobramentos na região do sertão alagoano. Em regra, as pesquisas têm focado na atuação de religiosos do campo popular no perímetro urbano, nas regiões metropolitanas ou de modo amplo (Santos, 2024). A respeito, desde a iniciação científica, monografia de conclusão de curso (Silva, 2019), pesquisa de dissertação de mestrado (Silva, 2021), assim como artigos acerca da organização do novo sindicalismo no Sertão de Alagoas (Cruz; Silva, 2023) e as estratégias de mobilização em defesa de constituição de assentamentos no Sertão de Alagoas (Cruz; Silva, 2022) evidenciamos esforços para descortinar, compreender e aprofundar os estudos das experiências de reforma agrária na região enquanto fruto de uma sementeira persistente, pedagógica e reflexiva arada por missionários, leigos católicos e camponeses a partir do Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil.

Em torno deste preâmbulo, o presente artigo está organizado em cinco momentos. No primeiro, discute os desdobramentos das reflexões fomentadas pela Teologia da Libertação. No segundo, tece uma análise sobre a experiência pedagógica da Teologia da Enxada no Sertão Nordestino. Em seguida, no terceiro momento, analisa como as referências pedagógicas da Teologia da Enxada subsidiaram a atuação da Pastoral Rural. No quarto, discorre acerca da atuação das CEBs e da Forania enquanto espaços coletivos de formação pedagógica entre as paróquias sertanejas. E, por fim, discute a participação de dois membros das pastorais rurais de Inhapi no Seminário Rural da Paraíba.

2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM CAMINHO PROFÉTICO DE REFLEXÃO SOCIAL

Antes de discorrer acerca da Teologia da Enxada, faz-se necessário compreender como a Teologia da Libertação arou os caminhos para a disseminação da Teologia da Enxada. Segundo Danilo Pereira (2013, p.44), a Teologia da Libertação foi uma ação reflexiva, que tinha como propósito compreender a fé por meio da práxis histórica, bem como uma atuação pastoral com orientação profética e politicamente definida em favor dos pobres, auxiliando na “desnaturalização” da realidade social marcada pela opressão dos/as trabalhadores/as.

Estes ensinamentos também se fizeram presentes entre os/as trabalhadores/as rurais no Sertão de Alagoas a partir das ações da Pastoral Rural, CEBs e Foranias. A respeito, segundo Maria Zilma Tavares Costa (2016) – agricultora de Inhapi, participante da Pastoral Rural, das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais – a atuação de padres, freiras, freis, missionários e leigos católicos, junto à comunidade, foi importante para difundir o trabalho de evangelização da Igreja Católica, em particular, sob o olhar da Teologia da Libertação na América Latina. Neste sentido, as ações desenvolvidas pela Pastoral Rural, fundamentada na Teologia da Libertação, contribuíram para que os/as trabalhadores/as rurais enxergassem a realidade na qual estavam inseridos.

Dentro desta perspectiva, o legado pedagógico, político e social constituído pela Pastoral Rural estimulou a transformação da mencionada realidade. Segundo Maria Zilma Tavares Costa (2016), essa mudança somente passou a ocorrer quando, de forma coletiva e por meio da organização social, os/as trabalhadores/as rurais perceberam a necessidade de se unirem. Nas palavras desta agricultora, eles – os padres, as freiras e os freis –, “sempre disseram: tem que se lutar por uma vida melhor e tem caminhos de se lutar, cobrando das autoridades, se organizando na comunidade, para resolver coisas que vocês, juntos, podem resolver, que um sozinho não pode”.

Nesta perspectiva, os textos mimeografados utilizados para a formação política, social e de evangelização – localizados junto a uma das participantes da Escola Bíblica do Alto Sertão, integrante das CEBs e do STTR de Inhapi – discutiam ideias, posturas e ações alinhadas à visão de mundo proposta pela Teologia da Libertação para a América Latina. Segundo o padre Comblin, a Teologia da Libertação não pode ser associada apenas como um repensar da Igreja Católica, mas deve-se também à necessidade dos países da América Latina repensarem suas respectivas realidades econômicas, sociais e políticas (Montenegro, 2019).

A respeito das transformações da Igreja Católica a partir de meados do século XX, a realização do Concílio Vaticano II foi decisiva para os debates, propostas e ações da Teologia da Libertação na América Latina (Pereira, 2013). Assim, a partir do mencionado Concílio aconteceram alterações na dinâmica das celebrações litúrgicas como a substituição do latim pelas línguas nacionais nas missas e em outras celebrações religiosas, estímulo à participação de leigos na vida política, dentre outras mudanças que tinham a finalidade de reaproximar os católicos da realidade social em que estavam envolvidos. Dentre os legados do Concílio Vaticano II, pode-se pressupor que um dos mais relevantes foi a abertura da Igreja Católica aos problemas relacionados à opressão econômica e à necessidade da organização dos pobres para conquistarem direitos sociais e políticos (Prandi, 2015).

As reflexões fomentadas pelo Concílio Vaticano II reverberam na América Latina, em particular, nas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín, na Colômbia, ocorrida

em 1968, e de Puebla, realizada no México, ocorrida em 1979. Nesses eventos eclesiais setores da Igreja Católica voltados às questões sociais fizeram a opção preferencial pelos pobres, repudiando a situação de miséria social disseminada no continente latino-americano (Pereira, 2013). Modificar esse cenário social motivou a produção de uma nova leitura dos evangelhos e o fomento de uma nova visão católica do mundo: a Teologia da Libertação. Esta nova leitura teológica, focada na opção de evangelizar e agir em favor dos mais pobres, pode ser entendida como uma reflexão crítica sobre “a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo” (Gutierrez, 1984, p.58).

Como discutido, a mudança de horizontes da Igreja Católica na América Latina teve como um dos seus resultados a Teologia da Libertação, assim como a Teologia da Enxada, a Pastoral Rural e as CEBs. Segundo Sérgio Coutinho (2019), as referidas Comunidades surgiram em meados dos anos de 1960 e passaram a ter maior visibilidade nos anos de 1970. Neste contexto, transpassado por um golpe e uma ditadura civil-militar, os meios de comunicação, partidos de esquerda, movimento sindical e os movimentos sociais do campo e da cidade foram duramente reprimidos (Alves, 1984; Cruz, 2021; Almeida; Tavares 2024).

3 TEOLOGIA DA ENXADA NO SERTÃO NORDESTINO

Em paralelo às reflexões da Teologia da Libertação, também ganharam corpo as discussões da Teologia da Enxada, fomentada sob influência do Padre Joseph Comblin (Pereira, 2013). Segundo Montenegro (2019), em estudo a respeito da vivência de cinco padres europeus no Nordeste, entre os anos de 1950 a 1990, revelou-se que eles estimularam a organização popular e o despertar de uma consciência política libertadora. Dentre as cinco trajetórias descritas, destaca-se a atuação do Padre Joseph Comblin (1923-2011). O referido religioso nasceu em Bruxelas, Bélgica, em 1923, antes de cursar teologia no Seminário Diocesano de Malinas, estudou em Louvain, no Seminário Universitário, que continha como metodologia a concepção teológica histórico-crítica – no qual o padre cursou um ano no Instituto de Filosofia.

Em 1958, Comblin aceitou a convocação de sacerdotes realizada por Pio XII para atuarem no processo de evangelização e de combate ao avanço do comunismo na América Latina. Não obstante os propósitos da convocação do Papa Pio XII – de evangelizar e de combater o comunismo na América Latina – no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, Comblin e outros/as religiosos/as foram vigiados e rotulados de comunistas por conta do trabalho de formação e de apoio junto aos trabalhadores/as, em particular, junto ao meio rural (Montenegro, 2019).

A primeira passagem de Comblin pelo Brasil foi na região Sudeste, por conta da sua apresentação à convocação realizada pelo Papa e atendendo ao pedido do bispo de

Campinas (SP), à época, Dom Paulo de Tarso Campos. Em virtude desta convocação, ele chegou ao Brasil em 30/06/1958 para exercer atividades pastorais de formação teológica, docente em universidades católicas e assistência a Juventude Operária Católica (JOC). Em seguida, passou por outros países da América Latina, como o Chile, onde lecionou na Universidade Católica de Santiago, entre os anos de 1962 à 1965 (Santos, 2014).

Na sua segunda passagem em território brasileiro, entre 1965 a 1972, a convite de Marcelo Carvalheira – diretor do Seminário Regional do Nordeste localizado em Camaragibe, região metropolitana de Recife – estimulou a formação sacerdotal de padres a partir dos horizontes do Concílio Vaticano II. Esta postura teológica foi apoiada com a chegada de Dom Hélder Câmara à Arquidiocese de Recife e de Olinda, em 1964. Segundo Montenegro (2019), a partir desse momento, ele passou a trabalhar como assessor direto de Dom Hélder no Seminário Regional do Nordeste e no Instituto de Teologia do Recife (ITER).

Nesse período, Comblin passou a se dedicar à formação de nove seminaristas na área rural e construiu um método de formação conhecido como “Teologia da Enxada”, experiência que contribuiu no desenvolvimento de diversos projetos de evangelização e de formação no meio rural – espalhado, posteriormente, para outros países latino-americanos (Montenegro, 2019). Segundo Alzirinha Souza (2012), a Teologia da Enxada ficou conhecida por ser realizada junto a trabalhadores/as rurais do semiárido nordestino e, de modo simbólico, por se referir à enxada como ferramenta de trabalho na roça e signo de luta política.

Vivenciada entre os anos de 1969 a 1971, a Teologia da Enxada buscava valorizar a cultura nordestina, o catolicismo popular e, em particular, o sujeito do campo, em meio a um processo de evangelização e de formação sacerdotal no e para o meio rural. Os seminaristas participantes foram enviados aos municípios de Tacaimbó, em Pernambuco, e de Salgado de São Félix, na Paraíba, onde, cotidianamente, realizavam atividades pastorais, estudavam, trabalhavam na lavoura e realizavam ações nas comunidades periféricas. Além da formação teológica, os referidos seminaristas, sob orientação de Comblin, mergulharam no dia a dia de dificuldades econômicas, sociais e políticas das comunidades assistidas (Souza, 2012).

Para Comblin, a Teologia da Enxada foi uma experiência formativa, sendo uma metodologia construída a partir de seu desinteresse em lecionar teologia com base nos moldes estabelecidos pela Igreja Católica. Diante disso, dedicou-se a um “projeto humilde” de formar sacerdotes no campo através da realidade concreta dos/as trabalhadores/as rurais (Montenegro, 2019). Este aprendizado, segundo Luis Susin (2012), potencializou a metodologia da chamada Teologia da Enxada – que se consistiu por inserir seminaristas e lideranças no cotidiano das comunidades populares com o intuito que eles compreendessem a vida, as questões sociais, econômicas, o modo de viver e sentir a fé, além das estratégias de resistência camponesa.

Para Hoornaert (2012), na metodologia elaborada por Comblin, as demandas e a fé

do povo seriam as questões que tomariam os princípios teológicos. Por isso, o autor destaca que, mais que um teólogo, Comblin foi um educador. Frei Carlos Mesters (2012) acrescenta que o método teológico de Comblin era suscitado através de atitudes, embates e confronto com os problemas cotidianos e, por isso, ela contribuiu para análises religiosas e políticas.

Em 1968, Comblin envolveu-se em uma polêmica com Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, vereador de Recife pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O referido vereador entregou para a imprensa anotações do padre que foram divulgadas como estudos de caráter subversivo e de doutrina comunista, gerando repercussão em periódicos nacionais e internacionais. A publicação dos textos de Comblin resultou em petições de condenação do padre pela Cúria Romana, como também suscitou em solicitações de explicações de Comblin pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) (Montenegro, 2019).

Posteriormente a esse episódio, o SNI começou a monitorar as ações do padre Comblin. Em 1972, após viagem à Bélgica, o padre foi impedido de desembarcar no Recife pelas autoridades do governo brasileiro. O exame da documentação – referente à justificativa de impedimento/proibição/expulsão realizada pela Divisão de Segurança e Informações (DSNI) do Ministério da Justiça – argumentou que ela aconteceu devido ao pertencimento do padre Comblin às pastorais populares da Igreja Católica. Assim, além de acusá-lo de realizar atividades subversivas e de ser comunista, o documento assinado pelo General Carlos Alberto da Fonseca, chefe do SNI, apontou que a iniciativa de impedimento/proibição/expulsão do referido padre partiu do Presidente da República, na época, General Emílio Garrastazu Médici (Santos, 2014).

Após a expulsão, o seu retorno ao Brasil só veio acontecer no início dos anos de 1980, a partir das articulações de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) – já no contexto de reabertura política e de redemocratização da sociedade brasileira (Montenegro, 2019). Nesse cenário, e ainda na condição de visitante, Comblin passou a cultivar com missionários formados pela Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada projetos de evangelização para o campo em encontros na cidade de Recife.

Como consequência dessas reuniões, foram desenvolvidos projetos e missões religiosas junto ao meio rural. Por essa razão, elas foram retomadas e reformuladas para serem conectadas com as CEBs. As referidas comunidades também estavam no centro dos projetos, pois, no contexto da redemocratização, acreditava-se que elas tinham um papel relevante, em particular, na organização da reforma agrária.

Além das formações para animadores das CEBs, também foi estimulada a formação de um Seminário Rural inspirado nas experiências formativas de Tacaimbó, no estado de Pernambuco e em Salgado de São Félix, no estado da Paraíba, assim como na experiência do Seminário de Talca no Chile. Este último tendo ocorrido após a expulsão de Comblin do Brasil em 1972. O Seminário Rural foi assumido pelo bispo da Paraíba, na época José Maria

Pires (15/03/1919 a 27/08/2017), que disponibilizou os recursos necessários para a sua instalação no município de Pilões/PB, em 1981 (Montenegro, 2019).

O retorno definitivo de Comblin ao Brasil aconteceu em 1986, quando ele passou a residir na Paraíba. Para Asfora (2004), a Teologia da Enxada, assim como outros estudos realizados por Comblin, tinham como objetivo o trabalho de evangelização e formação política voltada para os sujeitos pobres da área rural. Ela destaca também que a Teologia da Enxada adentrou de forma mais profunda na América Latina, em particular nos Sertões do Nordeste, por ser inspirada no cotidiano das comunidades assistidas e de atuação dos religiosos e leigos católicos envolvidos. Nesta perspectiva, a experiência da Teologia da Enxada pode ser observada na atuação da Pastoral Rural, das CEBs, do Seminário Rural da Paraíba, da Escola Bíblica do Alto de Sertão de Alagoas, dentre outros movimentos de religiosos e leigos católicos.

4 DA TEOLOGIA DA ENXADA À PASTORAL RURAL

Segundo Asfora (2004), após o período de exílio do padre Comblin no Chile, a partir de 1972, os seus escritos passaram a ter mais repercussão, dentre eles os referentes à Teologia da Enxada. A Igreja Católica, em particular na região Nordeste, conferiu maior difusão a essa teologia através das ações das Pastorais Rurais, sobretudo, aquelas sob orientação de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e dos bispos que compartilhavam os mesmos anseios políticos. Nesse sentido, as Pastorais Rurais, inicialmente, e as CEBs, posteriormente, realizaram trabalhos de evangelização, formação e de organização dos/as trabalhadores/as do campo.

A Pastoral Rural, na perspectiva de Carlos Lima (2016, p.56), é uma ação voltada “aos católicos rurais, é uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos religiosos e sociais nas áreas rurais”. Em Alagoas, em particular, os seus primeiros registros datam o ano de 1976, na Paróquia Santa Maria Madalena, em União dos Palmares, com a colaboração do Padre Emílio April e do leigo José Martins. As pesquisas apontam que, a partir de 1985, o trabalho da Pastoral Rural se alargou para outras regiões do estado, em particular, para o sertão. E, dentre os municípios da mencionada região, a Pastoral passou a atuar em Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, por meio das contribuições dos padres italianos Aldo Giazzon e Luís Canal.

Consoante aos objetivos da Teologia da Enxada e às orientações dos bispos nordestinos, a Pastoral Rural de Inhapi, no Sertão de Alagoas, no início da década de 1980, passou a desenvolver um trabalho de base junto aos trabalhadores/as rurais. Os resultados deste trabalho se evidenciam na formação de lideranças religiosas, comunitárias e políticas

que tiveram envolvimento em experiências sociais, sindicais e em favor da reforma agrária.

As experiências de formação política, social e religiosa vivenciadas pela Pastoral Rural e por outros movimentos de religiosos e de leigos católicos podem ser melhor significadas a partir da discussão do trabalho de formação de grupos de jovens nas comunidades rurais. Segundo Jucilene Maria Aguiar da Silva (2018) – acampada da Fazenda Peba, assentada no Lameirão, natural de Inhapi, benzedeira e integrante do grupo de jovens – foi o padre Luiz Torres quem iniciou o processo de formação da Pastoral Rural e, conseqüentemente, das CEBs na região. Esse trabalho junto à Pastoral começou a partir de reuniões bíblicas com roteiros norteadores, a exemplo, do tema dos profetas (Igreja Católica, 198[?])a). Um outro tema trabalhado era o da ocupação da Terra de Canaã pelos israelitas – a partir do qual se questionava a ocupação de terras no Brasil (IGREJA CATÓLICA, 198[?])b).

A utilização desta metodologia e textos formativos, a partir de reuniões com temáticas geradoras, é um indicativo de que a germinação das atividades da Pastoral Rural foi sendo realizada desde a chegada do pároco ao município de Inhapi. A respeito desses momentos de vivências, experiências e de formação, Jucilene Maria Aguiar da Silva (2018) destaca:

As reuniões bíblicas, a catequese, o grupo [de] jovem. Isso foi começado pelo Padre Luiz Torres na Igreja de Inhapi no salão paroquial. Ele organizava os grupos [de] jovens para fazer reunião com a gente, como não tinha missa sempre... Então ele fazia aquela organização com os grupos [de] jovens para que os grupos se juntassem... As comunidades se conhecessem, tinha encontros [de] jovens em outros municípios, em outras cidades e então foi aí que... Eu achava importante [destacar]... A gente conheceu sempre muitas pessoas diferentes, aprendia história, contava a história da vida da gente e também ouvia história [de vida] dos outros.

A atuação do padre Torres junto a Pastoral Rural e as CEBs é também destacada na pesquisa de Cosme (2020, p.223), sobre a formação do campesinato e dos territórios rurais na região. Nesta pesquisa, o autor observou que o padre Torres “foi pároco no município de Inhapi de 1977 a 1988, e no município de Delmiro Gouveia, de 1989 a 1991, ambos no sertão alagoano”. A ação de religiosos e de leigos organizando, através da Pastoral Rural e das CEBs, os sindicatos rurais, as ocupações, entre outras experiências, em termos de metodologia, como foi visto, estimulou as comunidades envolvidas a analisar a realidade, perceber, valorizar e debater costumes, tradições e interesses em comum.

A respeito, segundo Aduino Guedes Neto, o método de trabalho e de evangelização da Teologia da Enxada, seguindo a metodologia de roteiros norteadores, valorizava a cultura local e as experiências em comum dos integrantes das comunidades assistidas. E ainda continha semelhanças com alguns pontos da pedagogia freireana, quanto a prática de “educar a partir da realidade política, social, cultural e econômica de quem se educa, ou seja, a partir

do contexto histórico do sujeito inserido no processo educativo” (2014, p.121).

Dessa maneira, a partir do diálogo com a bibliografia e com as fontes orais e escritas, observa-se que a formação de grupos de jovens nas comunidades rurais de Inhapi, inicialmente, e dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, posteriormente, estimulou o compartilhamento de histórias, vivências e experiências comuns entre sujeitos que passaram a construir e fortalecer uma identidade comum, coletiva, consciente e libertadora de si e de sua comunidade (Silva, 2021). Dentro desta perspectiva, na cartilha “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, localizada em posse da assentada Jucilene Maria, encontra-se a evocação de palavras/sentidos de unidade, consciência e vontade que potencializam a construção de uma identidade/consciência social e despertam, estimulam e fortalecem o caminhar político das comunidades envolvidas.

Tecendo um paralelo com as reflexões de Paulo Freire (2019), a respeito da metodologia dos temas geradores, pode-se destacar que nos círculos culturais os/as trabalhadores/as reencontram-se e revivem essas experiências de formação crítica problematizando a compreensão do contexto a qual estão envolvidos e inseridos. Dentro dessa perspectiva, a Pastoral Rural e as CEBs também apontavam para a superação de desafios da realidade social, tais como: o direito a terra, ao crédito rural e à assistência técnica, bem como, aos serviços básicos de saúde, educação, previdência social, entre outros (Igreja Católica, 1979). Observa-se, assim, que os mencionados movimentos, tinham por objetivo que os/as trabalhadores/as do campo se identificassem enquanto grupo/classe social – com interesses comuns.

A respeito, para E. P. Thompson (1987), os/as indivíduos despertam sua compreensão de classe social quando sujeitos que compartilham experiências e horizontes de expectativas em comum, e que estas são despertadas em campos de disputas frente a outras identidades, classes e/ou mediações culturais e políticas. Destaca ainda que a consciência de classe é resultado da articulação das experiências mediadas pela cultura e pelas relações sociais. Assim, a consciência de classe é constituída a partir dos enlacs históricos tecidos pelos sujeitos em cada época, lugar e contexto.

A partir deste entendimento teórico e historiográfico, é possível compreender nas palavras de um seminarista da Teologia da Enxada, posteriormente membro do Assentamento Lameirão, José Cazuza Ferreira de Oliveira (2016), o fazer-se de um sentimento de classe social ocorre nas interfaces da cultura, da economia e do contexto social que enlaça os/as trabalhadores/as rurais sem terra. Para ele a:

A primeira motivação [de um sentimento de classe] é a necessidade de você ter a terra para poder sobreviver, o segundo ou a segunda motivação foi a motivação religiosa, vendo que isso era um direito nosso, que é um bem de Deus, da natureza que tem que estar à nossa

disposição. Então, foram essas as duas questões que nos motivaram a entrar nesse processo de organização da classe, para que essa classe organizada pudesse ter acesso a essa terra (Oliveira, 2016).

Observa-se nessa narrativa que as ações de evangelização, sob os horizontes da Teologia da Enxada, contribuíram – tanto subjetivamente quanto materialmente – para formação de um sentimento de pertencimento e de consciência política e social (Souza, 1988). Uma consciência que distingue, por um lado, os que defendem o monopólio da terra para fins utilitaristas, mando e lucro, e, por outro lado, aqueles que apoiam o seu uso como partilha, sustentabilidade e justiça social. Assim, o sentimento de pertencimento e a consciência de classe construída a partir da lida cotidiana e dos encontros nas paróquias, pastorais e CEBs, formaram lideranças religiosas, políticas e sociais favoráveis às experiências de reforma agrária no Sertão de Alagoas (Silva, 2021).

5 ENTRE AS CEBS E A FORANIA

A realidade de exploração dos/as trabalhadores/as rurais foi descortinada e analisada tanto pela Pastoral Rural quanto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). É significativo sobre essa questão analisar a metodologia de trabalho desenvolvida pela Pastoral Rural junto às CEBs, seja através dos grupos de jovens, das discussões dos roteiros norteadores e/ou através das cartilhas, apostilas e outros textos mimeografados ou manuscritos. Em comum a estes escritos, as orientações do método ver, julgar e agir:

Ver:

- Quem entrou nesse caso?
- Que providências tomaram?
- Por que acontece isso? (descobrir causas)
- O que vai acontecer a essas pessoas depois desse caso?

Julgar:

- O que este caso tem de positivo, que ajuda as pessoas a crescer e se libertar?
- O que tem de negativo, que não deixa as pessoas se desenvolverem?
- O que Cristo fala dessa situação?
- O que Cristo pede de nós nesta situação? (procurar na Bíblia)

Agir:

- Depois de refletir esta situação, o que vamos fazer em nosso meio? Dividir tarefas (Igreja Católica, 1979).

Os passos do referido método, descritos tanto nos relatos orais quanto nos registros escritos, são evidências presentes nas fontes coletadas, registradas e encontradas junto aos participantes dos movimentos sociais do campo no sertão alagoano no contexto das décadas de 1980/1990 – em particular, nos municípios de Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, estando dentre os registros escritos, como a já mencionada cartilha “Abra a porta: cartilha do Povo de Deus”. Na referida publicação, fica evidente a proposta teológica, política e social de

uma Igreja mais próxima dos mais pobres.

Nesta perspectiva, o assentado no Lameirão e ex-prefeito de Delmiro Gouveia, José Cazuzza Ferreira de Oliveira (2020), descreve o florescimento de cerca de oito comunidades eclesiais partir de uma compreensão de um humanismo cristão que cultivava e difundia uma perspectiva social, coletiva e solidária de libertação do povo oprimido (Asfora, 2004, Cruz; Silva, 2023).

Assim, a Pastoral Rural e as CEBs promoveram ações de evangelização e de formação política tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais. Segundo José Luiz Torres (2016) – pároco de Inhapi entre 1977 a 1988 – as ações em conjunto dessas paróquias se denominaram “Forania”, ou seja, encontro de paróquias enlaçadas por interesses em comum em prol do desenvolvimento do trabalho pastoral, social e pedagógico. As Foranias aconteciam mensalmente e, inicialmente, eram restritas aos clérigos, freis e freiras. Posteriormente, as reuniões foram abertas para missionários, representantes das paróquias e para as comunidades.

As Foranias no Sertão de Alagoas, organizada entre os anos de 1982 e 1989, ocorreram com lideranças de grupos constituídos e/ou originados das CEBs da região. Segundo Maria de Lourdes Barreto (2020) – multiplicadora sindical –, ela se constituía em um momento dedicado ao estudo, formação comunitária e política. Nestes encontros, eram realizados estudos sobre a realidade e a respeito da Bíblia – ambos fundamentados nas orientações da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada. Através desses estudos, estimulou-se a organização de diferentes linhas de atuação, a exemplo da:

Luta pelas sementes, luta pela terra, pela água. Tinha o grupo de jovens, tinha o MAC [Movimento de Adolescentes e Crianças], a questão da mobilização em relação aos sindicatos, reuniões comunitárias e bíblicas. Nós tínhamos grandes [grupo de] estudos de reflexão, vinha gente de fora que eles traziam para nos ajudar nas reflexões, depois começa um trabalho sobre as plantas medicinais, a Gê [uma das freiras do município de Inhapi e responsável pela a organização das CEBs] animava esse processo... [, como também, orientava o uso] das plantas medicinais... [iniciou-se também] a se trabalhar os grupos de mulheres.

A partir dessas linhas de atuação, os padres, freiras, freis e leigos promoviam encontros mensais ou anuais – que era a chamada Forania no Sertão de Alagoas. Nestes encontros, as comunidades, pastorais e paróquias se reuniam para debater a realidade e fomentar discussões bíblicas. Maria de Lourdes Barreto (2020) acompanhou a luta pela terra junto ao conflito, ocupação e reocupação da Fazenda Peba, através desses espaços de socialização e de planejamento. A respeito, Barreto descreve que anualmente ocorreram encontros no povoado Tabuleiro, em Água Branca, com a participação de crianças, jovens e

adultos. Nesses encontros, o “momento da manhã era de estudo, e o da tarde, era de apresentações e de celebração... [momento] onde todos iam participar. Levavam a sua alimentação e chegava a reunir cerca de 100 a 200 pessoas ou mais”.

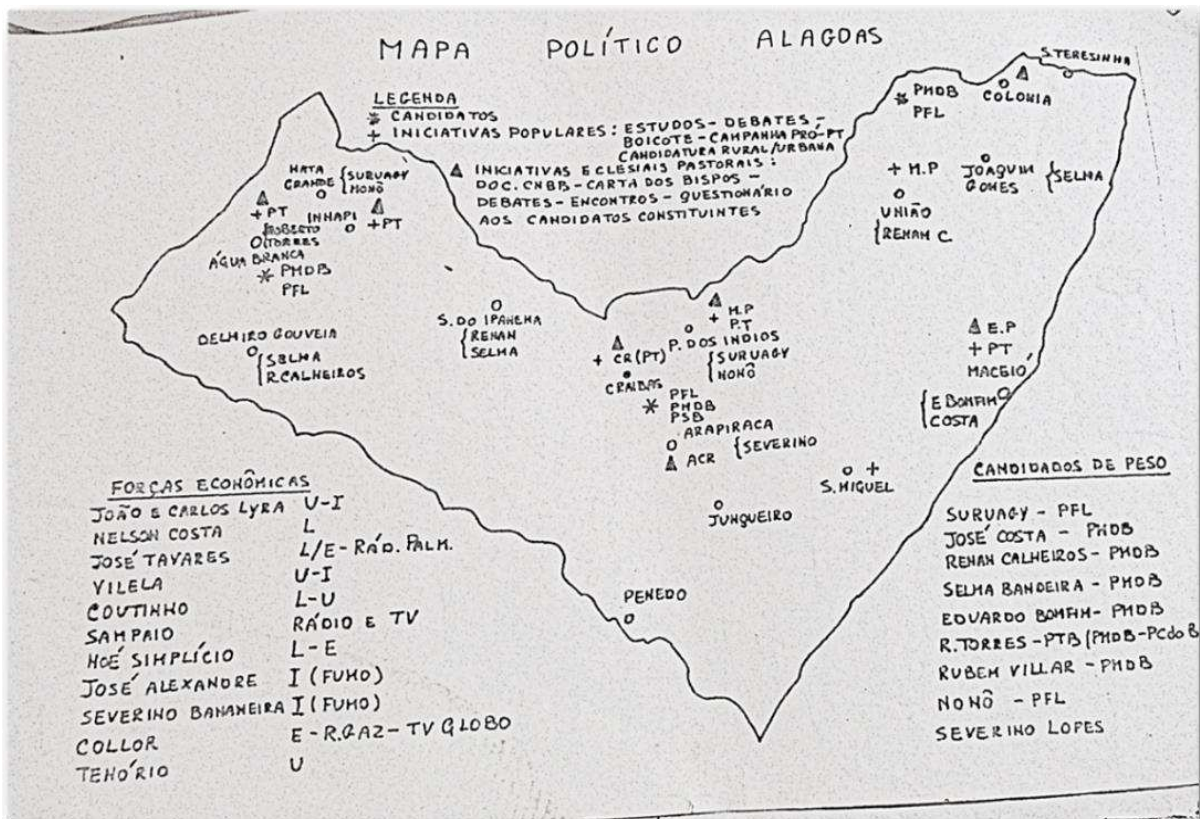
Segundo Enoque Ferreira de Oliveira (2020), os estudos bíblicos coordenados pelas freiras Cecília Soderer Pousa e Gê tinham, entre as suas finalidades, formar as lideranças para as CEBs. Nessas formações, as freiras abordavam a conjuntura política, a importância da organização dos jovens e das mulheres no sindicato rural e na constituição de horizontes políticos em favor dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, dentre eles o acesso a terra.

Segundo Asfora (2004), as CEBs criaram ou reforçaram os movimentos populares e apoiaram espaços de oposições sindicais aos denominados sindicatos “pelegos”. Dentre os materiais utilizados para subsidiar a formação de base, destaca-se o desenho de um mapa político de Alagoas associado ao contexto de 1986 (Figura 1).

O mapa abaixo, desenhado e organizado pela equipe da Pastoral Rural, apresentou a arquitetura do campo político de Alagoas em 1986. Este mapa também revela que a maior parte destas forças estavam ligadas aos grupos econômicos representados pelos usineiros, latifundiários e proprietários de meios de comunicação. Além disso, anunciava que as forças econômicas influenciavam diretamente no resultado das eleições. Em síntese, por um lado, o mapa descreve a relação de forças hegemônicas da classe dominante, por outro, sugere uma avaliação do referido campo, para que as forças populares elaborassem suas estratégias, articulações e possíveis alianças. Um exemplo é a construção da candidatura de Florisval Alexandre Costa – representante dos/as trabalhadores/as rurais, a deputado estadual, além da construção de um projeto de educação política para a região (Igreja Católica, 1986).

Figura 1

Mapa Político de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986.



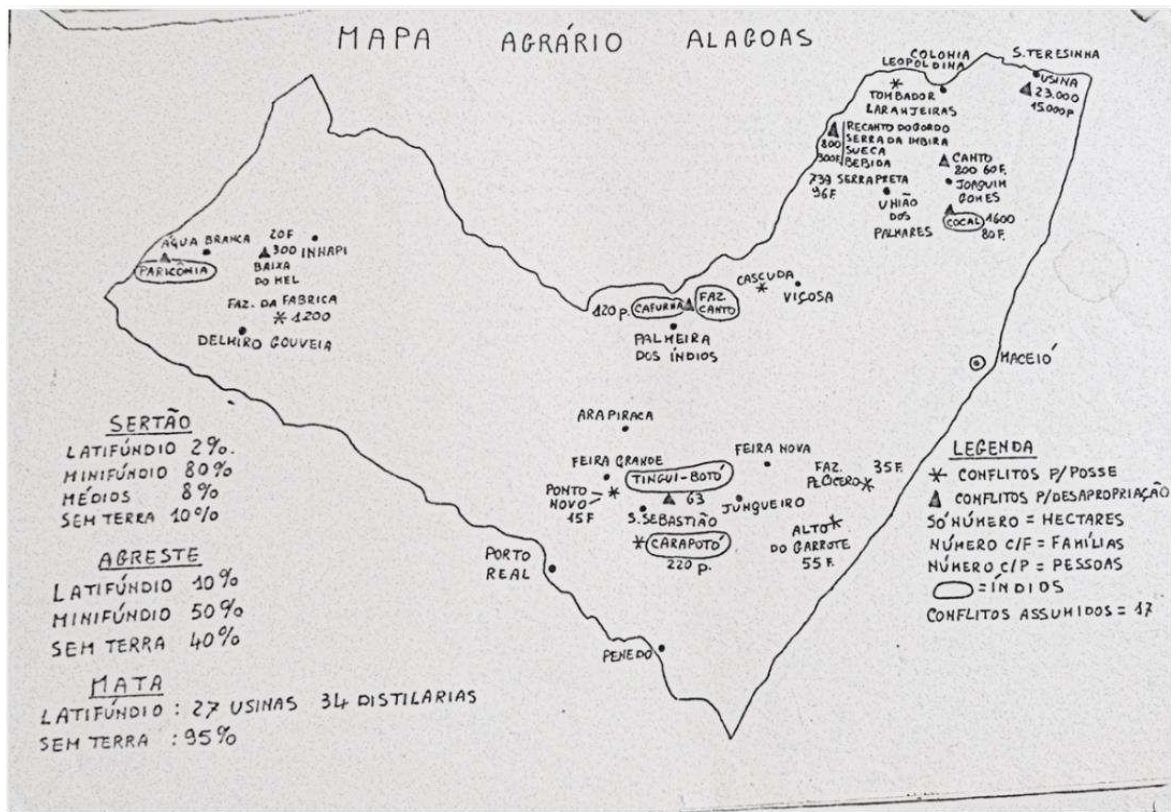
Fonte: Acervo pessoal de Marili Ferreira, cedido à autora.

A participação dos setores populares nas eleições de 1986 teve significativa influência da Igreja Católica, sobretudo, a partir do trabalho de formação e de evangelização dos/as trabalhadores/as rurais tanto na esfera pública quanto na esfera política partidária (Igreja Católica, 1986). Ainda sobre a formação política, é ilustrativo o trabalho da Pastoral e das CEBs sobre a questão agrária em Alagoas. O mapa seguinte foi um dos materiais utilizados para auxiliar no processo de compreensão da estrutura agrária alagoana (Figura 2).

O mapa, além de expor a arrumação agrária de Alagoas, também exhibe a metodologia de trabalho da Pastoral e das CEBs, para a formação política dos/as trabalhadores/as no curso da década de 1980. Além de identificações de áreas de posse, conflitos e números de famílias envolvidas, que reivindicavam terra para plantar, colher e viver. Nele é identificado, também, a singularidade da distribuição de terras no estado, em particular, composta, em sua grande parte, por latifúndios.

Figura 2

Mapa Agrário de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986.



Fonte: Acervo Pessoal: Marili Ferreira, cedido à autora.

Na percepção de Manoel de Aguiar Correia (2020) – participante das CEBs, do STTR/Inhapi e assentado no Lameirão – os setores populares da Igreja Católica despertaram, para aqueles(as) que possuíam minifúndios, que as dimensões reduzidas de suas propriedades – em relação à estrutura fundiária e produtiva do sertão – os tornavam sujeito/a/s sem-terra, pois “o pobre que tem 10 ou 15 tarefas de terra, que quer conseguir ter um crédito, não consegue, isso não resolve, também é sem-terra do mesmo jeito”.

Em sintonia com essa narrativa, a participante da Pastoral Rural, Maria Zilma Tavares Costa (2016), pondera que as expectativas comuns dos trabalhadores(as) rurais da região que possuíam minifúndios perpassou pelo direito à terra como instrumento de dignidade e cidadania – uma crença, valor e símbolo de que um pedaço de terra, ainda que reduzido, garante a sobrevivência de sua família.

Diante desse cenário, a atuação da Pastoral Rural, através das CEBs e da Forania do sertão, problematizou questões sociais, políticas e agrárias com o objetivo de contribuir para o conhecimento e consciência destes camponeses – compreendidos como trabalhadores/as rurais sem terra e demais sujeitos comuns, limitados e/ou desprovidos do acesso a terra. Neste sentido, as discussões da cartilha, dos materiais datilografados e das reuniões bíblicas se voltavam para a realidade dos/as trabalhadores/as rurais da região, enquanto um elemento de conscientização e defesa dos direitos e dos interesses das comunidades assistidas,

envolvidas e participantes.

O processo formativo desenvolvido pelos setores populares da Igreja Católica despertou uma consciência religiosa, política e social entre os/as trabalhadores/as da região. Segundo o assentado do Lameirão e ex-seminarista da Teologia da Enxada, José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020), durante os encontros das CEBs e da Forania, organizados pela Pastoral Rural, iniciaram-se as discussões da luta pela terra entre aqueles que vinham “discutindo a luta pela terra, a terra como um direito para que o trabalhador que não [a] tinha tivesse acesso à terra, como um bem de todos. E, religiosamente falando, um bem de Deus, que deveria estar a serviço dos seus filhos”.

Para Marcelo Souza e José Caravias (1988), por sua vez, o fato de o/a trabalhador/a observar a terra como um bem de Deus não significa que ele deveria esperar passivamente esse território. A partir desse entendimento, muitos movimentos compreenderam que a terra era um elemento divino e passaram a traçar experiências de ocupação, acampamentos e resistência para conquistar o referido direito humano e social a terra, a exemplo de Belo Monte na Guerra de Canudos.

Assim, o trabalho da Pastoral Rural e das CEBs, potencializado nas reuniões de formação e de planejamento da Forania, despertou nos/as trabalhadores/as rurais a compreensão das raízes sociais estruturantes que teciam as relações de opressão na qual eles/as estavam premidos, envolvidos e em confronto. Na esteira deste contexto histórico, no curso do processo de redemocratização e do advento da Nova República, os/as trabalhadores/as sem-terra se sentiram estimulados a despertarem horizontes de expectativas mais efetivos em relação ao direito de uso e de posse da terra – experiências fomentadas, entre 1982 e 1989, que resultaram na criação do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão (Silva, 2021; Cruz e Silva, 2022).

A identificação desses arrendatários despertou horizontes comuns e de identificação com os/as trabalhadores/as rurais sem-terra – ou seja, de serem livres, de terem uma vida própria, com organizações sociais e políticas. Essas narrativas expressavam em termos sociais uma identidade/compreensão acerca de um “campesinato autônomo” (Campos, 2006).

A Pastoral Rural, as CEBs e a Forania, cumpriram um papel importante na formação política e social dos/as trabalhadores/as rurais do sertão alagoano. A ação articulada desses movimentos, por vezes realizados fora do alcance das vistas dos latifundiários e dos mandatários locais, foi essencial. Os referidos movimentos religiosos de leigos católicos, além das reuniões, grupos de estudos bíblicos e de formação política, animavam as novenas, terços, missas e romarias com grupos de teatro, repentistas e poetas populares. Dentre os poemas e repentes lidos, destacam-se os versos recitados por João Augusto, da CEB do Pé da Ladeira, município de Inhapi. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, tal poeta e

repentista costumava cantar “eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor” (Oliveira, 2016).

Estes encontros valorizavam também o uso de plantas medicinais da região, enquanto remédios naturais e de custo acessível para a cura de doenças e para o bem-estar. Neste sentido, o trabalho das freiras Cecília Sodero Pousa e Gê com as ervas medicinais contribuiu para a valorização e difusão do conhecimento acerca de fitoterápicos naturais conhecidos na região, destinados aos cuidados com a saúde – em complemento aos fármacos industrializados que, muitas vezes, não estavam ao alcance da população. As discussões sobre as plantas medicinais também foram abordadas pelo grupo de “Poetas Populares” constituído pelos integrantes das CEBs. A este respeito, uma das composições dizia “nossa alegria é saber que um dia, nossas doenças vão se acabar, só tomando remédio do mato e na farmácia não vamos mais comprar” (Oliveira, 2020).

As canções dos “Poetas Populares”, ao seu modo, evidenciam a religiosidade, a cultura popular e o cotidiano do homem e da mulher do campo. Dessa forma, é possível presumir que nas letras das canções, repentes e poesias, além do lúdico, popular e religioso, elas também suscitaram um processo pedagógico de conscientização, pertencimento e de identidade junto aos/os trabalhadores/as, acerca das questões agrárias, sindicais, sociais e políticas (Silva, 2021).

6 O SEMINÁRIO RURAL DA PARAÍBA

Em compasso com essas ideias, processos e experiências de formação de uma identidade comum, pressupõe-se que eles tiveram, enquanto um dos seus pontos de germinação/estimulação, as ideias da Teologia da Enxada fomentadas a partir do Seminário Rural da Paraíba, na década de 1980, no Sertão de Alagoas. Após a participação de integrantes das CEBs de Inhapi neste seminário em 1982, dentre estes, José Cazuzza Ferreira de Oliveira (2019), também conhecido como Cazuzza, teve a oportunidade de vivenciar a Teologia da Enxada e sua metodologia de formação, ações de evangelização e perspectiva política, crítica e social.

Este Seminário – como já foi mencionado – foi inspirado na experiência da Teologia da Enxada (1969-1971) ocorrida em Tacaimbó/Pernambuco, Salgado de São Félix/Paraíba e em Talca/Chile e floresceu na casa de retiro das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, após visitas do Padre Comblin ao Brasil ocorridas no início dos anos de 1980. Segundo Marcos Santos (2007), a retomada das experiências da Teologia da Enxada ocorreu de fato no Seminário Rural da Paraíba, com o objetivo de formar padres, missionários e leigos capazes de atender às exigências e demandas das CEBs, em particular na zona rural do Nordeste.

O Seminário foi organizado em um sítio no município de Pilões, Paraíba, a partir de 25

de janeiro de 1981. As atividades de formação da instituição começaram com 12 alunos, sendo a maior parte advindos do Maranhão. Algum tempo depois, o espaço de formação foi transferido para o município de Serra Redonda, também na Paraíba (Montenegro, 2019). A estrutura do Seminário foi organizada da seguinte forma: nos primeiros dois anos os alunos ficavam em uma casa central e, durante esse período, receberam formação espiritual, fazendo orações e estudos bíblicos, de língua portuguesa, matemática e problemas sociais. Os alunos trabalhavam na terra pela manhã e à tarde estudavam. Após o período de dois anos, os alunos eram destinados para os povoados, organizados em pequenas equipes de trabalho e alugavam casa e terra para residirem e trabalharem junto aos camponeses. A cada três semanas um professor do Seminário os visitava com objetivo de avaliar e orientar as atividades seguintes.

Após os primeiros anos de atuação, o Seminário passou a receber cerca de 50 a 60 alunos por ano, vindos de vários estados do Nordeste, enviados por padres amigos. A vivência desta experiência, baseada na Teologia da Enxada, no município de Serra Redonda, entre anos de 1982 a 1984, é narrada por Oliveira (2019) – enviado a este Seminário por recomendação do Padre Luiz Torres – como uma experiência formativa concebida para

Formar padres e missionários, voltados para questões do campo, para trabalhar, sobretudo, com as comunidades rurais, dentro desse conceito da Teologia da Libertação com o Padre Joseph Comblin, que era o mentor maior e era um dos nossos professores. O padre Jorge, que trabalhava no Maranhão, mais que ficava por lá e o missionário João Batista, esses eram um dos nossos principais professores, que a gente tinha lá morando no seminário. Na Arquidiocese de João Pessoa, na época, Dom José Maria Pires era o arcebispo de João Pessoa, na cidade Serra Redonda, bem próximo de Campina Grande.

Observa-se, portanto, na bibliografia e nas fontes discutidas, que a experiência do Seminário Rural da Paraíba tinha como objetivo a formação de sacerdotes para o meio rural, a partir da formação realizada no campo e em sintonia com a realidade, costumes e valores dos camponeses nordestinos. No entanto, o projeto não foi aceito pelo Vaticano. Em meados dos anos de 1980, Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, chegou a apresentar a proposta do Seminário em Roma, mas ela foi desaprovada pela Santa Sé sob a justificativa de ser inapropriada para sacerdotes. O Seminário, como estratégia alternativa, foi transformado em um Centro de Formação Missionária para leigos (Montenegro, 2019). Segundo Asfora (2004), o Centro de Formação Missionária para Camponeses foi o primeiro constituído na América Latina. Entretanto, o Papa João Paulo II também não o aprovou.

Segundo Oliveira (2019), as discussões e estudos desenvolvidos no Seminário Rural da Paraíba, entre os anos de 1982 a 1984, contribuíram para a germinação de concepções religiosas, políticas e econômicas sobre a luta pela terra. A respeito, ele destaca que:

Lá [no Seminário Rural da Paraíba] nós tínhamos uma discussão muito importante, fundamentada na questão da terra. A gente discutia a história do povo Hebreu, a história da religião, tudo isso com foco nessa promessa da terra prometida. Foi muito importante, nos deu muita base, não só espiritual, mas convicções políticas, de um mundo diferente, com conceitos de igualdade, com conceitos socialistas, foram descobertas lá dentro.

O Seminário Rural da Paraíba não conseguiu formar sacerdotes, por conta da proibição da Santa Sé, no entanto, estimulou os participantes do Seminário na Pastoral Rural, nas CEBs, a atuarem e constituírem movimentos sociais no campo e nas cidades: STTRs, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Articulado a este processo de conscientização, identidade e pertencimento, é formada parte significativa dos sócios do STTR de Inhapi, no sertão de Alagoas.

Segundo o ex-seminarista Oliveira (2019), a experiência do Seminário Rural da Paraíba e dos movimentos de leigos católicos foi decisiva para o surgimento de uma nova concepção de sindicalismo rural, mais independente, autônomo – no que corresponde a afirmação da identidade e responsabilidade social dos/as trabalhadores/as rurais –, e crítico ao aparelhamento e controle burocrático do Estado. A partir desse novo grupo, sob inspiração da Teologia da Enxada:

A gente já teve um pouco de apoio, uma base inicial da Igreja local, da Igreja local passamos para o seminário, do retorno do seminário é onde a gente entrou, digamos assim, de corpo e alma dentro do sindicato dos trabalhadores rurais [...] quando sai do seminário é que entra na militância mesmo, na busca do direito, da busca concreta da terra, comprometido com essas questões sociais.

Segundo Manoel de Aguiar Correia (2020) – integrante das CEBs, STTR/Inhapi e da ocupação da Fazenda Peba – a partir da participação de alguns trabalhadores no Seminário Rural da Paraíba é que se despertaram novas discussões acerca do papel do sindicato naquele contexto histórico. Dentre elas, a importância dele para que os/as trabalhadores/as rurais tivessem direito a terra. Em sua narrativa, Correia destaca que

Alguns seminaristas disseram assim: o sindicato era pelego, o sindicato não batia com as ideias da Igreja. Tudo que se dizia para os diretores, alguém ia levar para o chefe político. O que aconteceu, a Igreja se organizou com um grupo de pessoas para ganhar o sindicato, porque ganhando o sindicato nós podemos fazer um trabalho. Ganhamos primeiro o meio e ainda ficou umas pessoas infiltradas e precisamos fazer reuniões um pouco secretas, se não eles entregavam.

Quando Correia (2020) narra que “ganhamos primeiro o meio”, observa-se a consciência de se organizar uma ocupação gradual dos espaços sociais, políticos e sindicais. Por outro lado, revela-se os riscos de participar dos debates sindicais, seja pelo legado autoritário do mandonismo local, seja pelo controle burocrático imposto pela ditadura civil-militar. Ele destaca também que “a luta de classe vai amadurecendo na medida que as pessoas vão tomando consciência”.

Neste sentido, é possível fazer um paralelo com os argumentos de Thompson (1998) acerca do fazer-se da consciência de classe – um resultado das experiências constituídas pelos/as trabalhadores/as no contexto das relações de produção, econômica, cultural e social em que estão inseridos. Assim, compreende-se que a tomada de consciência da identidade social e de classe dos/as trabalhadores/as rurais no sertão de Alagoas foi um processo evidenciado a partir das reflexões, experiências e movimentos compartilhados com os movimentos de leigos católicos e com os movimentos sociais do campo adensados a partir da década de 1980.

A partir desse debate e do acúmulo de experiências da Pastoral Rural, das CEBs e da Forania, os/as trabalhadores/as rurais da região de Inhapi passaram a construir ações para reorganizar o sindicato rural, em particular, valendo das experiências de participação de trabalhadores da região no Seminário Rural da Paraíba (OLIVEIRA, 2019). E foi a partir delas que germinaram várias outras ações, estratégias e movimentos de luta e de resistência em defesa da reforma agrária em Alagoas, no Sertão do Rio São Francisco, entre as últimas décadas do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressalta a experiência pedagógica dos setores populares da Igreja Católica no contexto de abertura política em transição para a Nova República junto aos trabalhadores/as do campo no sertão alagoano. Essa experiência destaca como a atuação de padres, freis, freiras e leigos pautada em princípios humanísticos e vinculados aos princípios bíblicos resultou no florescimento de organizações populares na região, que aos seus modos teceram estratégias para acessar direitos fundamentais. Assim, as experiências desses movimentos populares evidenciam as diferentes nuances de atuação da Igreja Católica e de seus missionários no período 1982 a 1990. Uma Igreja repleta de versões e atuações acerca do contexto político da época, fez-se presente no Sertão de Alagoas, através de um olhar humano, simples e respeitoso para com os modos de expressar a religião, mas também crítico a análise da realidade política e social.

Os materiais pedagógicos construídos pelos/as religiosos/as aclaram as metodologias

e a vinculação dos valores bíblicos com os constitucionais, esse processo reflexivo arado nos rincões do sertão alagoano compõe os capítulos da história de uma das instituições mais duradoura, a Igreja Católica. Uma instituição – através de seus missionários – que no sertão juntou-se aos camponeses em suas inúmeras cruces e evidenciou as suas potencialidades, semeou horizontes democráticos por meio da organização coletiva e do acesso à terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S.; TAVARES, M. G. (Org.). 2024. *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. Volume I, Maceió: Edufal.

ASFORA, M. de F. Y. (2004). *A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais*. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em <
https://www.researchgate.net/publication/327802103_A_Forca_desarmada_Presenca_da_Comissao_Pastoral_da_Terra_nos_conflitos_agrarios > acesso em 31/03/2025.

BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

BARROS, W. da S. (2019). A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas Conferências de Medellín e Puebla. *Espaços*, São Paulo: Instituto São Paulo de Estudos Superiores, vol. 27, n. 1, p. 69-80. Disponível em <
<https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/576> > acesso em 13/03/2025.

CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

COSME, C. M.; PEREIRA, M. C. de B. (2020). A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol. 22, n. 48, p. 272-288. Disponível em <
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27550/26443> > acesso em 10/03/2025.

COSTA, I. S. (2013). *“Eu ouvi os clamores do meu povo”*: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC, v. 11, n. 32, p. 1461-1484.

Disponível em < <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461> > acesso em 15/03/2025.

COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

CRUZ, J. V. da. (2021). *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2 ed. Aracaju: Editora Criação, 2021.

CRUZ, J. V. da. (2013). Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas” In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, p. 832-840. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx2ZW5jb250cm9kZWhpc3RvcmlhfGd4OjJjNjYzYWE1MjU4ZWY5OWI>>. Acesso em 28/10/2013.

CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2022). Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986-1989. *Revista Crítica Histórica*, 13(26), 257–281. Disponível em <<https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012>> Acesso em 03/05/2023.

CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2023). O Novo sindicalismo e a Reforma Agrária no Sertão: a experiência dos trabalhadores de Inhapi, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1984 – 1986. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 224–248. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/19801> . Acesso em: 12 abr. 2025.

DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FREIRE, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

GUEDES NETO, A. (2014). *Teologia da Enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial.

HOORNAERT, E. (2012) *A teologia da enxada depois de quarenta anos depois*. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis - RJ: Instituto Teológico Franciscano, vol. 72, n.

288, p. 936- 943.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. (1986). *Breve introdução aos mapas: mapa agrário e mapa político*. Inhapi/AL, datilografado.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto: as lições do deserto*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto. *Oitavo assunto: os profetas*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA. (1979). *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2 ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas.

LIMA, J. C. da S. (2016). *Terra, poder e liberdade: a ocupação de sem-terra na flor do bosque*. Maceió: EDUFAL.

LOPES, N. de F. S. (2011). *Gênero e poder na pastoral católica da Soledade*. Dissertação de mestrado em Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Disponível em <
<https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/5fdf1463-2fce-4e6e-b12b-e72be2116859/content> > acesso em 20/03/2025.

MESTERS, C. (2012) Carta aberta. In: HOORNAERT, E. (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paulus.

MONTENEGRO, A. T. (2019). *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

PEREIRA, D. R. P. (2013). *Concepções da história na teologia da libertação e conflitos de representação na igreja católica (1971-1989)*. Dissertação de mestrado em História.

Feira de Santana: UEFS. Disponível em < <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/278> > acesso em 02/04/2025.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. dos. (2015). Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, p. 351 – 379. Disponível em < <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349> > acesso em 25/03/2025.

SANTOS, I. M. F. dos (org.). (2024). *Igreja subversiva? Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe luta de classes no Brasil*. Maceió: Edufal.

SANTOS, M. R. B. dos. (2014). *Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA. Disponível em < https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6_padre_jose_comblin_e_a_ditadura_militar_religiao_discurso_e_praticas_cristas_nos_anos_de_chumbo_1968-1972.pdf > acesso em 21/03/2025.

SILVA, A. O. da. (2019). *A luta pela terra no sertão do Rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989-2014*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia. Disponível em < <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5039> > acesso em 13/04/2025.

SILVA, A. O. da. (2019). *Da teologia da enxada ao MST: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989*. 2022. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Disponível em < <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8990> > acesso em 12/04/2025.

SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

SOUZA, A. (2012). *Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante*. Ciberteologia, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17.

SOUZA, M. de B.; CARAVIAS, J. L. (1988) *Teologia da Terra*. Tradução: Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes.

SUSIN, L. C. (2012). José Comblin, um mestre da libertação. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paullus.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, E. P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.